

Futuro do SNS e da Saúde em Portugal

O Serviço Nacional de Saúde português foi, sem dúvida, uma das conquistas maiores de abril, tendo permitido à população portuguesa viver com mais qualidade e por mais anos; com todos os desafios que o SNS tem enfrentado nestes últimos (quase) 50 anos, não pode haver dúvidas sobre o seu papel no alcance de indicadores de saúde e bem-estar estruturais, assim como no aumento exponencial da esperança média de vida, que coloca Portugal num lugar de topo a nível internacional.

Mas se é verdade que vivemos mais do que nunca em Portugal, diversas fontes apontam igualmente para o prolongamento dos anos de vida com pouca saúde entre a população nacional, com forte comprometimento da qualidade desta mesma vida e com impactos determinantes na vivência em sociedade. Os indicadores que comparam o estado de saúde dos portugueses com os congéneres europeus focam a prevalência de doenças crónicas, evitáveis e sensíveis aos estilos de vida (obesidade, diabetes, problemas cardiovasculares, ...), assim como as consequências severas de doenças passíveis de rastreios (VIH, neoplasia da mama, do colo do útero ou do cólon e reto, ...). Nesta senda, importaria ainda não esquecer o estado de saúde mental da população portuguesa, que se tem mostrado tão frágil e tão pouco cuidada nos anos pós pandémicos.

E se este estado de saúde dos indivíduos se vai construindo ao longo das suas vidas, é na aproximação à velhice que vai sendo mais determinante na forma como esta é vivida; o impacto que este tipo de indicadores tem junto dos mais velhos condiciona em absoluto a qualidade de vida que as pessoas têm e as condições com que podem ou não usufruir em pleno da longevidade que como país conseguimos alcançar. Por outro lado, os anos de vida conquistados com menos saúde produzem impactos profundos no conjunto da sociedade: o aumento da dependência de cuidadores formais e informais, a necessidade de garantir as adequadas respostas sociais, o custo social do isolamento e da solidão.

O Serviço Nacional de Saúde tem sentido igualmente o impacto desta longevidade alcançada com pouca saúde; a prestação de cuidados a muitas pessoas com múltiplas condições crónicas tem criado desafios na gestão dos recursos humanos e materiais, sendo que a transformação do SNS terá de passar necessariamente pela capacitação do sistema para responder de forma integrada e multidisciplinar a uma população portuguesa diferente daquela que existia aquando da sua criação.

Não obstante, parece-me que o Serviço Nacional de Saúde deverá ir além da capacitação para a prestação de cuidados. Importa investir em pessoas mais saudáveis ao longo da vida, para que a chegada à velhice tenha o menor impacto possível de doenças evitáveis e dependentes de comportamentos individuais e sociais. Importa implementar estratégias que responsabilizem cada indivíduo pelo cuidado do seu estado físico e mental, imputando ao próprio a decisão de se manter saudável ao longo dos vários ciclos de vida. Importa colocar a literacia em saúde de cada português no centro da discussão da transformação do SNS, com todo o potencial que tem de produzir impactos nas gerações vindouras.

Assim, considero que o Futuro do SNS e da Saúde em Portugal assenta (também) na prevenção da doença e na promoção de estilos de vida saudáveis como estratégia central e de abrangência nacional.

E não sendo mais uma função para sobrecarregar um Serviço Nacional de Saúde tão focado em desafios, com equipas sempre escassas, parece-me que a transformação efetiva passaria pelo envolvimento de outros setores da sociedade nesta capacitação e responsabilização individual. Porque na realidade, recordando o conceito de saúde da Organização Social de Saúde, há uma multiplicidade de áreas de intervenção que têm por fim último o bem-estar dos cidadãos e a sua qualidade de vida: o social, a educação, o emprego, a habitação, a segurança...ainda que sem consciência plena dos contributos que dão no estado de saúde dos indivíduos, a verdade é que são determinantes ao longo dos vários ciclos de vida de cada um.

De forma estratégica, importava chamar à mesa estes (e outros) vários setores da sociedade portuguesa para este papel tão importante, definindo linguagens comuns, contributos complementares, linhas de atuação integradas e metas a alcançar.

Mas sabendo que a transformação não ocorre por decreto, por muito integrado e multidisciplinar que seja, considero que o Futuro do SNS e da Saúde em Portugal deverá assentar numa aproximação dos serviços de saúde ao local. Potenciando as mais valias de integração de cuidados que as Unidades Locais de Saúde trouxeram, a mudança efetiva ganharia pelo envolvimento dos vários setores da sociedade no âmbito territorial em que cada uma intervém. O estabelecimento de pontes e de canais de comunicação entre os serviços de saúde e as entidades pública e privadas, lucrativas e não lucrativas de cada território poderia efetivar estratégias nacionais.

Importa que os serviços de saúde compreendam o papel que os agentes locais desempenham junto dos indivíduos. Importa que cada um destes agentes compreenda o lugar que ocupa na promoção da saúde dos seus munícipes/clientes/utentes/alunos/funcionários/... Importa potenciar as redes locais já existentes e em funcionamento, rentabilizando parcerias e intervenções. Importa que todos compreendam o objetivo comum de terem cidadãos com saúde e qualidade de vida, capazes de usufruir em pleno os vários ciclos por que passa.

Porque se a Saúde em Portugal depende (também) da capacitação dos indivíduos para lutarem pelo seu estado de saúde física e mental, com forte investimento na literacia da população e na criação de condições sociais para a promoção de estilos de vida saudáveis, assume-se como determinante que estes processos decorram no dia a dia dos cidadãos, nos vários contextos que estes habitam e frequentam, nos vários momentos da sua existência. Assume-se como determinante que estes processos aconteçam fora dos consultórios, ainda que perfeitamente alinhados com objetivos estratégicos locais, regionais e nacionais dos serviços e unidades de saúde. Assume-se como determinante chamar os parceiros das comunidades para este desígnio que poderá marcar as gerações futuras e a forma como se relacionam com o Serviço Nacional de Saúde.